

## Max Weber e o Liberalismo

---

Rafael Gomes Filipe \*

“If power was his obsession, freedom was his passion”  
John Patrick Diggins \*\*

### I

Permitam-me uma longa citação de Norbert Elias, recolhida na substancial *Apresentação* que o autor acrescentou à edição de 1969 do seu célebre *O Processo Civilizacional*, editado pela primeira vez em 1939, e que nos permitirá um primeiro enquadramento da problemática a abordar:

«Nos países em vias de industrialização no século XIX, em que surgiram as primeiras grandes obras pioneiras da sociologia, as vozes que exprimiam a crença social, os ideais, os objectivos e as esperanças a longo prazo das classes industriais em ascensão foram-se gradualmente sobrepondo, durante esse século, no coro da época, às vozes que se regulavam pela manutenção e preservação da ordem social vigente, no sentido das elites detentoras do poder estabelecido, as elites de corte dinástica, aristocráticas ou patricias. Eram as primeiras que, em conformidade com a sua situação de camadas em ascensão, depositavam maiores expectativas num futuro melhor. E, como o ideal delas residia não no presente mas no futuro, estavam particularmente interessadas no dever da sociedade, na evolução social. Em relação com

Conferência proferida na Universidade Federal do Maranhão, a convite do Departamento de Direito desta Universidade

\* U.L.H.T.

\*\* Diggins, John Patrick (1996) *Max Weber—Politics and the spirit of tragedy*, Basic Books, Nova Iorque, p.59.

uma ou outra dessas classes industriais em ascensão, os sociólogos do tempo tentaram certificar-se de que a evolução da Humanidade seguia na direcção dos seus desejos e esperanças; buscavam a confirmação dos seus desejos e esperanças, aprofundando o estudo da orientação e das forças impulsionadoras da evolução social até então. Com isso, deram a conhecer, sem dúvida, uma considerável extensão de saber factual relativamente aos problemas da evolução social. Retrospectivamente, é, porém, muitas vezes muito difícil distinguir entre as teorias heterónomas, determinadas por ideais efémeros próprios da época, e os modelos conceptuais que, mesmo independentemente desses ideais, têm significação apenas por referência a conexões factuais documentáveis e verificáveis.

Do outro lado ouviam-se, no século XIX, as vozes daqueles que no coro da época se opunham, por uma ou outra razão, à transformação das suas sociedades pela industrialização. A sua crença social orientava-se para a manutenção do vigente, para a conservação da Tradição, e contrapunham a um presente em deterioração – no sentido dos seus valores – a imagem ideal de um passado melhor. Representavam não apenas as elites pré-industriais dos estados dinásticos detentoras do poder, mas também grupos profissionais mais vastos, sobretudo sectores da população rural e dos ofícios, cujas tradicionais formas de vida e de actividade profissional deixavam de ser funcionais com o avanço da industrialização. Eram os opositores de todos os que falavam da perspectiva das duas classes sociais em ascensão – a burguesia industrial e comercial e o operariado industrial – e que, correspondendo à situação ascensional dessas camadas, se inspiravam na crença num futuro melhor, no progresso da Humanidade. O coro conjunto das vozes da época, durante o século XIX, dividia-se pois entre o meio coro dos que enalteciam um passado melhor e o meio coro dos que exaltavam um futuro melhor»<sup>1</sup>.

Temos, assim, muito esquematicamente, a situação que se vivia no interior dos países em vias de industrialização no século XIX. Todavia, o quadro não ficará completo se apenas se levar em consideração a figuração das classes e as relações intra-estatais. Importa referir que a ascensão da burguesia e do proletariado industrial ocorreu dentro do quadro sobredeterminado do Estado nacional e da ascensão dessas mesmas nações. E Elias salienta, a propósito: «Em constante rivalidade umas com as outras, as nações europeias em vias de industrialização instigaram-se mutuamente, nesse século mais do que nunca, para uma expansão da sua hegemonia sobre povos da Terra menos desenvolvidos. Formações sociais em ascensão e em expansão, foram-no não apenas certas classes dos estados, mas também sociedades estatais no seu todo»<sup>2</sup>.

Com a transição para o séc. XX, diz-nos Elias, dentro das grandes nações industrializadas, «são os representantes das duas classes industriais, a burguesia industrial e o operariado autóctone (...) que no decurso do século XX definitivamente se estabelecem como grupos dominantes em relação às elites dinástico-aristocrático-militares, anteriormente detentoras do poder»<sup>3</sup>. Estas duas classes em ascensão do século XIX «atingem no decurso do século XX o topo da sua escalada, e os seus representantes estabelecem-se institucionalmente como grupos dominantes ou co-dominantes. Ora como parceiros, ora como adversários, são os representantes da burguesia industrial e do operariado industrial autóctone que constituem nas nações das primeiras vagas de industrialização as elites que em primeira instância detêm o poder. Em consequência, juntamente com a consciência de classe (e, em parte também, como disfarce dela) e com os ideais de classe, é a consciência nacional e é a própria nação como ideal e mais alto valor que nas duas classes industriais – a princípio, sobretudo entre a burguesia

industrial – passam a desempenhar um papel cada vez mais importante»<sup>4</sup>.

Tal é o vasto campo de forças e de conflitos em que, *lato sensu*, na Alemanha, pela sua vida (1864-1920), actividade académico-científica e cívico-política se insere Max Weber.

Recorrendo aos *Ensaio de Sociologia*, tradução brasileira, tecnicamente revista pelo Prof. Fernando Henrique Cardoso, do muito conhecido volume antológico de Max Weber *From Max Weber: Essays in Sociology*, de H. H. Gerth e Wright Mills, respigo da *Introdução*: «Max Weber nasceu em Erfurt, Turingia, a 21 de Abril de 1864. Seu pai, Max Weber, Sr., jurista e conselheiro municipal, vinha de uma família de comerciantes de linho e industriais têxteis da Alemanha Ocidental. Em 1869, os Weber mudaram-se para Berlim, que dentro em pouco se tornaria a florescente capital do Reich de Bismarck. Ali Weber Sr. tornou-se um próspero político, actuante na dieta municipal de Berlim, na dieta prussiana e no novo Reichstag. Pertencia aos liberais da direita, chefiados por um nobre de Hanôver, Bennigsen. A família residia em Charlottenburg, então um subúrbio da extremidade ocidental de Berlim, tendo como vizinhos personalidades académicas e políticas. Na casa de seu pai, o jovem Weber conheceu homens como Dilthey, Mommsen, Julian Schmidt, Sybel, Treitschke e Friedrich Kapp.

A mãe de Max Weber, Helene Fallenstein Weber, era uma senhora culta e liberal, de crença protestante. Vários membros da sua família turingiana eram professores e pequenas autoridades. Seu pai, porém, havia sido um funcionário de recursos, que, nas vésperas da revolução de 1848, retirara-se para uma vila em Heidelberg. Gervinus, o emitente historiador liberal e amigo íntimo da família, foi seu professor em várias matérias de Humanidades»<sup>5</sup>.

Origens burguesas e liberais de Max Weber, portanto, que convirá situar na linha do que, ainda Elias, nos diz sobre a Alemanha dos séculos xvii e xviii: Um fenómeno geral, num universo tão fragmentado de pequenos estados, é o que tem a ver

«com o despovoamento e o terrível esgotamento económico do país após a Guerra dos Trinta Anos. Em comparação com a França e a Inglaterra, a Alemanha (e sobretudo a burguesia alemã) é pobre no século xvii e também ainda no século xviii; o comércio, sobretudo o comércio externo, muito desenvolvido ainda no século xvi em algumas regiões da Alemanha, decaiu; as imensas fortunas das grandes casas comerciais dispersaram-se, em parte devido à deslocação das rotas comerciais resultante das descobertas ultramarinas, em parte como consequência imediata das grandes perturbações causadas pela guerra. Resta apenas a burguesia dos pequenos centros urbanos, de horizontes estreitos, que vive essencialmente da cobertura das necessidades locais»<sup>6</sup>

Seguramente, os mais directos antepassados de Weber se contam entre os segmentos desta burguesia urbana comercial/industrial e/ou letrada. Como salienta Joachim Radkau, na sua recentíssima e já tão polémica biografia de Weber, Marianne Weber, que era uma idealista, gostava de apresentar o marido como um rebento da burguesia humanista alemã (*Bildungsbürgertum*). Ao lado de Georg Friedrich Fallenstein, o patriota amigo de Gervinus, empalidece a memória do outro avô, o comerciante de linho de Bielefeld, Karl August Weber, embora este fosse o antepassado comum do casal Weber. Na verdade, Max Weber era também, em igual medida, um descendente da burguesia comercial (*Wirtschaftsbürgertum*), herança essa que marcou a sua consciência. É sabido que ele nutria contra a burocracia uma aversão declarada e sempre teve consciência de que a base material da sua vida adulta, na sua quase totalidade, assentava mais em rendimentos do capital do que em qualquer salário de funcionário público<sup>7</sup>.

Segundo Elias, «Em países como a Alemanha (...) pode observar-se um tipo de conservantismo burguês que é determinado em larga medida pelos valores das elites dinástico-agrário-militares detentoras do poder antes da era industrial. Esses valores incluem

um pronunciado menosprezo por tudo o que na Alemanha se designa como o “mundo dos negócios”, ou seja, o comércio e a indústria, e uma inequívoca primazia dada ao Estado, ao “todo social”, em detrimento da pessoa singular, do “indivíduo”. Onde quer que esses valores desempenhem papel relevante no conservantismo das camadas industriais, é-lhes inerente – e compreende-se que assim seja – uma perceptível tendência antiliberal. (...).

Em países em que as elites agrárias pré-industriais, tanto na prática da sua vida como nos seus valores, se afastaram menos, e menos resolutamente, das operações comerciais e de todos aqueles que ganhavam a vida com essas operações, em países em que, além disso, o poder dos príncipes e das sociedades cortesias, enquanto centros do Estado, era limitado (como na Inglaterra) ou não existiu (como na América), os grupos burgueses que gradualmente ascendiam à posição de camada dominante desenvolveram um tipo de conservantismo que “aparentemente” se coadunava bastante bem com os ideais da concorrência individual, da não ingerência do Estado, da liberdade do indivíduo, isto é, com os valores especificamente liberais»<sup>8</sup>.

É para nós evidente, a adoptarmos esta diferenciação de Elias, que Weber, até pelos antecedentes familiares, pertenceria a esta segunda camada. Um Weber que nunca deixou de afirmar publicamente que era um burguês, que fazia parte da burguesia, como lembra, por exemplo, Mauricio Tragtenberg<sup>9</sup>.

Na obra mais importante que Norbert Elias publicou depois de «*O Processo Civilizacional*», *Os Alemães*, é sabido que este desenvolve a instigante tese de que, no caso alemão, a unificação tardia deu-se através de uma série de guerras sob a liderança dos sectores militaristas que governavam a Prússia. Um processo que teve consequências: grandes parcelas das classes médias, no chamado Kaiserreich de 1871-1918, abandonaram os valores humanistas que lhe eram próprios e adoptaram os valores militaristas e autoritários do estado prussiano

hegemónico. No Segundo Império, se se reconhecia a necessidade de modernização e industrialização crescentes, diz Elias que «industriais burgueses e os donos do capital não formavam o estrato superior que governava o país. A posição da nobreza militar e burocrática, como o estrato mais elevado e mais poderoso da sociedade, foi não só preservada, mas também fortalecida pela vitória de 1871. Uma boa parte da classe média, mas não toda ela, adaptou-se com relativa rapidez a essas condições. Seus membros encaixaram-se na ordem social do Kaiserreich como representantes de uma classe de segunda categoria, como subordinados. A família de Max e Alfred Weber prova que a tradição de classe média liberal não tinha desaparecido, mas não se deve esquecer que, nos anos que antecederam 1914, era difícil imaginar que espécie de regime substituiria o imperial»<sup>10</sup>.

Estas posições de Elias estão, no entanto, longe de ser incontroversas, como o comprovam as investigações de Wolfgang Mommsen, como veremos, ou, mais recentemente, a de J. Radkau. Este põe em evidência que, no caso de Max Weber, oriundo de duas famílias burguesas materialmente poderosas, as relações familiares lhe conferiam, desde a infância, uma autoconsciência pronunciada. Ele podia optar por várias carreiras, que se lhe abriam, e, se se desse ao trabalho, não ficaria no anonimato, tanto mais que as elites sociais eram então bem mais visíveis do que hoje. Ele sentia-se, justificadamente, diz Radkau, como membro de uma aristocracia burguesa que, em honra, não ficava atrás da nobreza<sup>11</sup>.

Por outro lado, noutra ponta do seu livro, Radkau interroga-se sobre se a burguesia seria, efectivamente, politicamente impotente no Kaiserreich. O que se deverá aceitar com limitações, afirma Radkau. Só entre os parentes de Weber contam-se dois ministros: Theodor Adolf von Möller, que foi ministro do Comércio da Prússia entre 1901 e 1905, e Julius Jolly, ministro do Interior em Baden, de 1866 a 1869 e depois, até 1876, Presidente do Ministério. Um político rival do pai de Weber, que foi elevado à nobreza, Johannes

von Miquel, foi Ministro das Finanças da Prússia de 1891 a 1901. Nem, por outro lado, o Reichstag seria um pseudoparlamento impotente, mesmo que não designasse o Governo. Precisamente, lembra Radkau, porque então os governos do Reich não eram escolhidos pelo Parlamento, não eram automaticamente apoiados por uma maioria parlamentar, tendo de desenvolver esforços renovados para a obter. Os grandes tempos do parlamentarismo na História coincidem muitas vezes com tais períodos, em que o Parlamento se confrontava com o Governo e a partilha de poderes entre o Legislativo e o Executivo era bem mais nítida do que agora. Em 1917, olhando retrospectivamente, os anos da década de 70, ponto alto do consulado de Bismark, afiguravam-se a Weber o «apogeu do Reichstag» e ele considerava com uma das mais descaradas mentiras de «literatos políticos» das novas Direitas a afirmação de que o Parlamento alemão não produzira até à data grandes talentos políticos<sup>12</sup>. Que ele fosse capaz de produzir uma elite de dirigentes políticos, no tempo de Bismark, já era para Weber outra questão. Com base num trabalho de Manfred Rauch, Radkau sustenta mesmo que, em comparação com parlamentos democráticos posteriores, o Reichstag imperial desenvolveu um trabalho legislativo respeitável e muitas vezes debateu questões políticas a um nível elevado. Sem dar nas vistas, ele terá mesmo enfraquecido, com o correr do tempo, a hegemonia prussiana no Reich. Os debates no Reichstag despertaram na opinião pública uma atenção maior do que os debates actuais no Bundestag. E Radkau conclui este tópico com uma passagem que reputamos relevante: «Quem, a propósito da Alemanha Imperial, fala de pseudo-parlamentarismo (*Scheinparlamentarismus*) e do atraso em termos cívicos em comparação com o Ocidente, costuma em geral esquecer que a burguesia (classe média) alemã dispunha de um campo de actividade política, que estava mais desenvolvido na Alemanha do que na Inglaterra ou na França: a administração autónoma municipal. A oportunidade de exercer influência no plano municipal é, em todo o

caso, para a grande maioria dos cidadãos, bem mais efectiva do que a demasiado hipotética possibilidade de ser escolhido para chefe do Governo. O tão falado atraso alemão em termos de cidadania em comparação com as potências ocidentais não resiste a um exame mais apurado (...), tanto mais que esta tese parte habitualmente de noções idealizadas sobre o parlamentarismo ocidental e não considera a oligarquia efectiva de elites exclusivistas em Londres e Paris»<sup>13</sup>. (Radkau assenta este seu juízo num importante trabalho de pesquisa realizado entre 1986 e 1998 pelos professores de História da Universidade de Bielefeld sobre a temática da história social da burguesia dos tempos modernos, numa perspectiva comparada.) Os resultados do estudo do desenvolvimento da burguesia letrada (*Bildungsbürgertum*) nos sécs XVIII e XIX deitam abaixo a tese do «Sonderweg» e revelam que os especialistas formados em instituições de alta cultura, quer como elites funcionais quer na sua importância social decorrente da cultura, não sofrem comparação com os grupos burgueses correspondentes na Europa Ocidental. Não se pode, pois, falar de um défice de cidadania tipicamente alemão<sup>14</sup>.

## II

Wolfgang Mommsen, autor de grande e justo renome de, entre muitos outros, um livro famoso, *Max Weber und die Deutsche Politik, 1890-1920*, (1959), conta (no prefácio à edição francesa, de 1985) que a primeira ideia do seu livro lhe ocorreu ao ler a denúncia muito pertinente que Weber fez da Alemanha imperial e do «poder pessoal» de Guilherme II. Todavia, diz ele também, uma análise mais aturada dos escritos políticos de Weber devia revelar-lhe, o que ele não acolheu sem irritação, que Weber não era apenas um liberal convicto, mas também um ardente nacionalista, e, além disso (pelo menos na sua juventude), um defensor resolutivo de uma política imperialista de grande envergadura<sup>15</sup>. Ao cabo do seu livro, Mommsen escreve que, de alguma forma, a

visão política de Weber pode resumir-se como sendo a de um «liberal desesperado», tema que Mommsen desenvolveria em *the Age of Bureaucracy. Perspectives on the Political Sociology of Max Weber* (1974). E Mommsen diz ainda que as «aparentes contradições das posições de Weber, bem como o excesso da sua formulação, apresentam dificuldades inextricáveis para quem queira analisar a sociologia política e o pensamento de Weber»<sup>16</sup>. Ao referir-se, no seu belo ensaio *Crítica e Resignação* (editado em 1979 e só reeditado em 2003) à negligência em relação à nítida afinidade entre o pensamento de Weber e o de Nietzsche, Gabriel Cohn salienta que essa negligência «não é simplesmente curiosa nem casual, mas é congruente com a tendência, dominante durante longo tempo, de tentar firmar uma imagem de Weber como um liberal pouco preocupado com um tratamento mais duro do problema do poder na sociedade. O consenso tácito a esse respeito só foi rompido em 1959, com a publicação do livro já clássico de Wolfgang Mommsen (...) e, após isso, por artigos como esse de Fleischmann [Fleischmann, Eugène (1964), “De Weber a Nietzsche”, *Archives européennes de sociologie*, IV,2; G.F.] e alguns do próprio Mommsen, para explodir de vez no Congresso Alemão de Sociologia, de 1964, dedicado ao centenário de Weber, com as polémicas provocadas pelos trabalhos de Raymond Aron, sobre a política do poder, e de Herbert Mareuse, sobre industrialização e capitalismo na obra de Weber»<sup>17</sup>.

Efectivamente, nunca será de mais sublinhar a importância do *Heidelberger Soziologentag*, em 1964, por ocasião da celebração do 100º aniversário do nascimento de Max Weber. Na altura, se graças à «hábil estratégia» de Talcott Parsons, Weber se converteu num dos «grandes» da sociologia mundial, ao lado de Durkheim e de Marx, também os então ainda jovens W. Mommsen e Jürgen Habermas denunciaram o que o conceito weberiano de «democracia caudilhistas» poderá ter representado de fatídico para a República de Weimar, em termos que

provocaram a indignação do velho Karl Loewenstein, que fora aluno de Weber em Munique, como nos diz Dirk Käsler<sup>18</sup>.

Para complicarmos a tarefa, poderemos ir mais longe do que Mommsen e dizer, com Kieran Allen, na sua recentíssima *Introdução Crítica a Weber*, que o imperialismo deste não foi, simplesmente, um produto juvenil: «Ao longo de toda a sua vida, ele se empenhou num cálculo frio sobre o que era necessário à Alemanha para se tornar uma grande potência»<sup>19</sup>. Preconizou, nesse sentido, uma política externa astuciosamente realista. Realismo que o levou a discordar tacticamente de outros nacionalistas alemães, pois queria evitar uma luta de vida ou de morte com a Inglaterra. Neste contexto, ele qualificou de irresponsáveis os discursos e o comportamento do Kaiser. A fraqueza da monarquia levou Weber a favorecer um sistema de democracia parlamentar – definindo ele, restritivamente, o poder democrático como uma «versão não autoritária do poder carismático» – como o melhor método de desenvolver os recursos internos necessários para firmar a Alemanha como uma grande potência. Apoio de Weber à democracia que, no entanto, se subordinava ao objectivo de expandir a esfera da influência alemã. Viu, assim, em primeiro lugar, o parlamento como a instituição mais adequada para desempenhar a função de adestrar uma liderança que pudesse evitar a irresponsabilidade e o «caprichismo» da monarquia alemã. Em segundo lugar, o parlamento poderia fornecer um mecanismo capaz de conciliar as classes trabalhadoras e ganhá-las para uma perspectiva imperialista, ao gerar uma «maturidade política» que unisse a nação e a capacitasse para dominar. Pois, como ele escreveu no seu estudo clássico *Parlamento e Governo na Alemanha*: «Só um povo politicamente amadurecido é uma “nação de senhores” (*Herrenvolk*), o que quer dizer um povo que controle, ele próprio, a administração dos seus assuntos e que, através dos seus representantes eleitos, participe decisivamente na selecção dos seus líderes políticos». E, mais adiante, tendo o cuidado e

o escrúpulo de separar bem o que entendia por *Herrenvolk* da versão de Houston Stewart Chamberlain, que qualifica de «vira-casaca inglês», Weber escreve: «Somente nações de senhores são chamadas a meter as mãos nos raios das rodas da marcha do mundo. Se nações que não possuem esta qualidade o tentam fazer, então não só se rebelará o seguro instinto de outras nações como aquelas soçobrarão intimamente no seu empreendimento»<sup>20</sup>.

Tal era o que Weber pensava em 1918, mas que não é muito diferente do que ele já exprimira, em 1895, na célebre lição inaugural por ele proferida em Friburgo *Der Nationalstaat und die Volkswirtschaftspolitik (O Estado Nacional e a Política Económica)*, que causou e causa ainda muita celeuma. Aí, a propósito da imigração para os domínios senhoriais do Leste de mão-de-obra polaca, em substituição do campesinato alemão mais qualificado que afluía às cidades da Alemanha Ocidental em processo acelerado de industrialização, Weber pronuncia o elogio fúnebre da antiga camada dirigente dos *Junker* e levanta a questão das novas lideranças no Reich: «Ao longo da história foi a obtenção do poder económico que levou qualquer classe a acreditar ser ela um *candidato à liderança política*. É perigoso, e a longo prazo incompatível com os interesses da nação, que uma classe economicamente em declínio exerça o domínio político (*Herrschaft*). Mas é ainda mais perigoso quando classes que avançam *em direcção* ao poder económico, e por conseguinte esperam tomar o poder político, ainda não tenham a maturidade política para assumir a direcção do Estado»<sup>21</sup>. E, pouco mais à frente: «A imaturidade política de amplos estratos da burguesia alemã não tem causas económicas (...). A razão deverá encontrar-se no seu passado apolítico, no facto de não ter sido possível recuperar só numa década um século de educação política inexistente, e no facto de o governo de um grande homem nem sempre ser o meio de educar politicamente o povo. A questão vital que se põe agora ao futuro político da burguesia alemã é a de saber se é demasiado *tarde*

para recuperar o terreno perdido. Nenhum factor económico pode substituir uma tal educação»<sup>22</sup>. Nesta questão de quem poderia assumir os destinos da Alemanha, Weber não esquece, no seu discurso, a classe operária, que considera *economicamente* madura, o que lhe dá o direito de reclamar a liberdade de defender os seus interesses «sob a forma da luta económica pelo poder abertamente organizada». Já *politicamente*, a classe trabalhadora alemã seria infinitamente menos madura do que uma «clique» de jornalistas, que gostariam de monopolizar a sua liderança, lhe pretende fazer acreditar. Faltaria a estes dirigentes, burgueses «déclassés» (desqualificados), qualquer centelha de energia catilínaria que levasse a *agir*, ou qualquer vestígio da poderosa paixão *nacionalista* dos próceres da Convenção (que, de 1792 a 1795, em França, proclamou a República e promulgou medidas revolucionárias). E Weber diz: «Opomo-nos politicamente a eles, pois nada há de mais destruidor para uma grande nação do que ser conduzida por um corpo de *filisteus* sem educação política»<sup>23</sup> – características que o proletariado alemão ainda não teria deixado cair. A diferença com os proletariados inglês e francês não é apenas económica: o facto não é apenas o terem estes sido *economicamente* educados, durante um período mais longo, pela luta organizada pelos seus interesses. O mais importante é um factor *político*, a saber, as *repercussões de uma posição de poder mundial* que constantemente confrontam o Estado com grandes tarefas de poder político e expõem o indivíduo a um «crónico» treinamento político, quando, na Alemanha, ele só recebe esse treinamento quando as fronteiras estão ameaçadas, ou seja, em casos «agudos»<sup>24</sup>. E Weber conclui, assim, este passo: «A questão de saber se a política em grande escala nos pode tornar mais uma vez conscientes da significação das grandes questões políticas do poder é também decisiva para o *nosso* progresso. Temos de compreender o facto de que a unificação da Alemanha foi um logro (travessura) juvenil realizado pela nação em idade prolecta, e que teria sido

preferível, por razões de custos, não o cometer, se ele tivesse de ser o fim e não o começo do envolvimento da Alemanha na política mundial»<sup>25</sup>.

Na abalizada opinião de Mommsen, na *Akademische Antrittsrede* de 1895, Weber terá desenvolvido, precocemente, todo o seu programa político. Será mesmo, aquele, «o documento mais importante no que respeita ao homem político Max Weber até aos anos da guerra»<sup>26</sup>.

Sempre segundo W. Mommsen, poderíamos ser tentados a reconduzir o pensamento do poder, tão absorvente em Weber, à situação geral do liberalismo alemão, que falhara em 1848 nos seus grandes empreendimentos políticos ideais por falta de força política física e teve de ver, depois, Bismarck atingir o grande objectivo do movimento liberal, o estado nacional alemão, pelos meios de força do estado militar prussiano. Então, a impressão produzida pela política de força de Bismarck modificou a atitude da burguesia alemã para com a própria ideia de força. O *slogan da Realpolitik*, que se substituiu ao sonho ideal, caracteriza toda uma época do pensamento político do burguês alemão. Mas Weber, salienta bem Mommsen, desde cedo reconhecera o aspecto mais pernicioso do «bismarckismo» ingénuo na admiração beata pela força pura e na *Realpolitik* sem princípios. Seria, por conseguinte, conclui Mommsen, um erro ver em Weber um *Realpolitiker* agindo exclusivamente em nome da Razão de Estado e do êxito, sem se inspirar em valores éticos e culturais<sup>27</sup>. Em consonância com esta posição, abunda o Prof. Fernando Henrique Cardoso, um grande conhecedor e, diria mesmo, discípulo de Weber, ao falar das éticas da convicção e da responsabilidade, no seu belo e recentíssimo livro *A Arte da Política: A História Que Vivi*, interessantíssimo balanço de toda uma vida dedicada à exigente investigação académica e à causa do engrandecimento do Brasil no concerto das nações: «Ao leitor menos atento pode parecer que Weber, ao mostrar a diferença entre as duas éticas, acaba por dar sustentação ao amoralismo maquiavélico. Entretanto não é bem assim. Se é certo

que o político, para Weber, deve ser julgado pelas consequências de seus actos (...), isto não significa que a acção do político dispense convicções. E Weber, que foi deputado na Alemanha e era apaixonadamente nacionalista, as teve, e muitas»<sup>28</sup>.

Weber, certamente, gostava de usar o termo *Realpolitik* em circunstâncias em que importava, face a uma política exclusivamente assente em princípios ideológicos, invocar, por contraste, as condições dinâmicas de uma política construtiva. Mas insurgia-se constantemente contra o uso «insípido» desta noção pelos seus contemporâneos [Um aparte, regressando a Norbert Elias, que, em larga medida, reduz as ideologias imperantes no Segundo Império à da *Realpolitik*. Escreve ele, numa nota, em *O Processo Civilizacional*, ao referir-se às ideologias naciocêntricas, em especial na Alemanha: «Na base da sua argumentação está a ideia, concebida como constatação de facto, de que, em política internacional, cada nação explora efectivamente o seu potencial de poder, sem contemplações nem restrições, no seu próprio interesse. Esta aparente constatação de facto serviu para justificar um determinado ideal nacional, um ideal maquiavélico em versão moderna, segundo o qual, na condução de uma política nacional dentro do contexto internacional, se devem perseguir apenas os próprios objectivos nacionais, sem consideração pelos outros. Este ideal da *Realpolitik* é irrealista, porque de facto cada nação está dependente das outras»<sup>29</sup>. Dando de barato que a *Realpolitik* fosse, na época, um exclusivo alemão, o que, obviamente, não era o caso, no clima de agudas rivalidades entre as potências no dealbar da Primeira Guerra Mundial, também conviria quantificar e qualificar aquela dependência, pois se todos dependem de todos, o que é uma banalidade, há sempre uns que dependem *mais* e outros que dependem *menos*, e haverá, portanto, dominantes e dominados, como bem viu, por exemplo, Joan Edelman Spero, no seu célebre estudo *The Politics of International Economic Relations* (terceira edição em 1985), em que, surpreendendo o mundo «congelado» do tempo da Guerra Fria, nos



fala de *sistemas de interdependência* no Ocidente, de *dependência* do Sul em relação ao Norte, e de *independência* entre o Leste e o Ocidente].

Weber, já nos finais dos anos 80, diz-nos Mommsen, encarava com extraordinário pessimismo o futuro do liberalismo alemão. Deplorava a «decadência geral» das relações entre os partidos alemães e temia que, no fim, partidos extremistas de esquerda e de direita pudessem, alternativamente, tomar na mão a política alemã aliando-se com o Centro Católico, prognóstico que, no essencial, devia verificar-se. Weber, por outro lado, reconheceu a negligência do liberalismo em matéria de política social e económica e desaprovou a sua atitude negativa em relação à legislação social, o que, segundo ele, assentava num dogmatismo económico caduco<sup>30</sup>. Daí que ele sempre procurasse o seu caminho de actuação política fora dos partidos liberais, que lhe pareciam condenados à esterilidade política e ao declínio absoluto. Como lembra Patrice Neau, a história do liberalismo alemão, a partir dos anos 1880, é a de uma sucessão, muitas vezes confusa, de cisões e de fusões. Este liberalismo moribundo só ressuscitaria depois da guerra<sup>31</sup>.

### III

Por fim, é tempo de, sucintamente embora, surpreendermos alguns traços do liberalismo paradoxal, «inquieto», segundo Raymond Boudon, ou, no dizer de W. Mommsen, «desesperado», de Weber. Segundo René Rémond, o liberalismo é «uma filosofia global, do mesmo modo que o pensamento contra-revolucionário ou o marxismo, uma resposta a todos os problemas que possam colocar-se, na sociedade, sobre a liberdade, sobre as relações de cada um com os outros, sobre a sua relação com a verdade»<sup>32</sup>. Weber, à luz desta classificação, será, logicamente um liberal, mas só por exclusão de partes, ou seja, por não ser um contra-revolucionário ou um marxista. Mas, a ser um liberal, qual a modalidade «positiva»

do liberalismo weberiano? Talvez a recentíssima abordagem desta questão por Raymond Boudon nos permita uma aproximação válida. Reconhecendo que o liberalismo é difícil de definir, R. Boudon escreve: «O liberalismo é um “tipo ideal”, no sentido que Max Weber dá à expressão. O conceito designa um núcleo de ideias centrais. Mas, para além deste denominador comum, é possível distinguir várias espécies de liberalismos»<sup>33</sup>. E Boudon fala, então, de um *liberalismo económico*, que privilegia o mercado, de um *liberalismo político*, que insiste na mais ampla extensão possível das liberdades, e de um *liberalismo filosófico*, que valoriza a autonomia e a dignidade do indivíduo, e de que os anteriores são elaborações. Acresce, segundo Boudon, que o liberalismo também propôs e aplicou uma *epistemologia*, uma teoria dos princípios em que deve assentar a análise dos fenómenos sociais, políticos e económicos. Essa *epistemologia*, espontânea ou reflectidamente aplicada pelos representantes da tradição liberal, considera, diz-nos Boudon, «que o sujeito humano é racional e obedece à psicologia clássica», pretendendo «que nunca se esqueça que as entidades colectivas, as classes sociais, as nações, o Estado, os partidos, etc., são constituídos por *indivíduos*: rejeita o *holismo*. Max Weber foi mesmo ao ponto de declarar que se tinha tornado sociólogo para pôr termo às representações que reificam aquelas entidades colectivas. Deve ter dado voltas na tumba – conclui Boudon, com alguma graça – ao ouvir Samuel Huntington (1996) propor que se tratassem as “civilizações” como unidades indecomponíveis»<sup>34</sup>. Neste último aspecto, o *epistemológico*, não temos dificuldade em concordar com Raymond Boudon, e citaremos até a passagem da carta onde Weber fala do que o motivou a ser um sociólogo (trata-se de uma carta de Weber a Robert Liefman) : «Se, finalmente, me tornei sociólogo [...] foi, no essencial, para pôr fim a esses exercícios à base de conceitos colectivos cujo espectro continua a assediá-los. Por outras palavras, também a sociologia só pode decorrer

das acções de um, de alguns, ou de numerosos indivíduos separados. É por essa razão que ela deve adoptar métodos estritamente individualistas»<sup>35</sup>.

Neste contexto, esquece-se, muitas vezes, que a sociologia compreensiva de Weber não pretende ser uma ciência da *sociedade*. O seu objecto é, exclusivamente, a acção social (*soziales Handeln*) individual, enquanto comportamento humano, como se pode ler na primeira página de *Economia e Sociedade*. Se substituirmos o termo abstracto «acção» por *conduta pessoal de vida*, dissipar-se-á a aparente complexidade do objecto específico da sociologia weberiana. Este será sempre a acção social individual ou a acção comunitária, entendida esta como uma constelação de comportamentos individuais. Todavia, bem para lá das vicissitudes do *Homo economicus*, a problemática central de Weber, como bem viu Wilhelm Hennis, tem a ver com uma preocupação fundamentalmente *qualitativa* com o ser humano, com o que para este advém, de formador ou deformador, da sua inserção nas ordens de vida do mundo. A tensão entre a pessoa humana, entre a plasticidade infinita da natureza humana, e aquelas ordens de vida constitui, assim, a melodia de fundo da obra de Weber. E é por isso que, se por um lado se aproxima, logo essa obra se afasta das praias onde o liberalismo veio aportar – ou naufragar, segundo outros –, revelando a sua afinidade profunda com a interrogação de Nietzsche sobre «onde, até agora, medrou, com mais excelência, a planta homem»<sup>36</sup>. Também Weber faz sempre essa pergunta. E por essa sua interrogação, Weber, embora geralmente incluído no panteão asseptizado dos fundadores da sociologia, está longe de fazer sua a maioria das orientações hodiernas do que se apresenta como sociologia.

Como dar, então, um conteúdo ao liberalismo de Weber? É que, desde logo, Weber também se demarca do liberalismo político puro, como o podemos ver em Benjamin Constant, que chefiou o Partido Liberal durante a Restauração, em França. *Em Sobre a Liberdade dos Antigos Comparada com a dos*

*Modernos* (1819), este diz: «O objectivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria [...]. O objectivo dos modernos é a segurança nas fruições privadas»<sup>37</sup>. Em ruptura com a ordem dos Antigos, a modernidade caracterizar-se-ia pela fruição pessoal, e o Estado, «minimalista», estaria ao seu serviço. Nada mais estranho a Weber! Na lição de Friburgo, a que já nos referimos, Weber aborda, a dada altura, a questão do critério de valor (*Wertmastab*) da política económica. Terá a economia política um critério de valor *próprio*? Weber nega-o. Como alternativa, propõe-se como critério de valor desta ciência a justiça social. Numa concepção vulgarizada, a melhoria do saldo de prazer (*Lustbilanz*) da existência humana seria a única finalidade da política económica. Weber também abomina esta opinião, já que, para ele, as esperanças optimistas de felicidade não podem estar na raiz da política económica: «A questão que move o nosso pensamento para além da nossa própria geração e que, em boa verdade, está na base de qualquer trabalho de economia política, não se refere à situação dos homens do futuro, mas sim a como eles *serão*. Não é nosso propósito criar o bem-estar dos homens, mas desenvolver neles aquelas qualidades a que associamos o sentimento de grandeza humana e do que há de nobre na nossa natureza»<sup>38</sup>. Weber é um exemplo acabado da tradição especificamente alemã de indiferença à «pursuit of happiness», ao eudemonismo, que já Kant desmontara na *Crítica da Razão Prática*. Weber faz mesmo seu, numa passagem famosa de *Wissenschaft als Beruf*, o desprezo de Nietzsche pelos homens que “inventaram a felicidade”. Vale a pena lê-la. «Depois da demolidora crítica de Nietzsche àqueles “últimos homens” que “inventaram a felicidade” [citação do “prólogo” de *Assim Falava Zaratustra*; G.F.], talvez me seja lícito deixar inteiramente de lado o facto de a ciência – isto é, a técnica de dominação da vida fundamentada na ciência – ter chegado a ser proclamada, com ingénuo optimismo, como o caminho para a *felicidade*.

Quem ainda acredita nisso, excepto algumas crianças grandes que ocupam cátedras ou salas de redacção?»<sup>39</sup>.

Por outro lado, se tivesse de escolher, como Constant, entre os Antigos e os Modernos, Weber preferiria, sem dúvida, os primeiros. Diz-nos J. Radkau que, desde a infância, a imaginação de Weber estava cheia de imagens da Antiguidade, e que a história antiga lhe fornecia o paradigma para a compreensão do presente, bem como a ideia de uma natureza humana inalterável. Haverá nele a nostalgia de uma cultura/civilização próxima da natureza, denunciando a sua metáfora famosa da «gaiola de aço», no fim de *A Ética Protestante*, a persistência do antigo mito das Idades do Ouro, da Prata e do Bronze – ou seja, da decadência do belo mundo. A quem, como Weber, vivia intimamente na Antiguidade, a moderna crença no Progresso seria, naturalmente, estranha. Um pessimismo universal seria para ele, prossegue Radkau, o mais claro sinal da nobreza de espírito. Numa carta de 1900 a um discípulo de Burckhardt, Weber qualifica de «admirável» a caracterização que o grande historiador faz do «pessimismo especificamente helénico». E Weber diz, então, ter sobretudo em vista «a atmosfera de constante ameaça à totalidade da existência», que a «luta de todos contra todos» gerava entre as cidades-estados gregas. O facto de a luta e a morte dominarem a inteira consciência dos cidadãos gregos, será para ele algo de permanente e central. Se para ele haveria um progresso técnico e da racionalidade formal, já o mesmo não ocorreria no que respeita à benevolência humana e a formas superiores de existência. Tão-pouco acreditava num avanço da democracia; quando muito, num aperfeiçoamento da selecção dos chefes, nas condições da luta democrática pelo poder. Os Gregos, mais do que a idealizarem, sempre sentiram a instabilidade da sua democracia, fornecendo a Grécia exemplos clássicos de como a democracia conduzia à ditadura através da demagogia. Weber, como Maquiavel, tinha por actual esta revolução circular das constituições e referia como um facto

conhecido a circunstância de a democracia dar frequentemente origem ao «cesarismo».

Radkau vai ao ponto de citar o necrológio de Ernst Troeltsch [«A democracia era para ele, simplesmente, um destino do mundo moderno e significava para ele a perda de coisas infinitamente grandes e belas»], para depois escrever: «Weber foi postumamente admirado como um pensador seminal da democracia; mas, nessa qualidade, ele só poderá valer se comparado com contemporâneos abertamente anti-democráticos (...). No fundo, ele sempre mostrou a sua preferência pela aristocracia: bem entendido, pela aristocracia num sentido espiritual e de carácter»<sup>40</sup>. Podíamos, facilmente, multiplicar este tipo de referências.

Sabemos, por outro lado, que o que moveu Weber a «desencantar» as categoriais básicas da ciência política, como bem viu Kurt Lenk <sup>41</sup>, e a defender uma democracia plebiscitária «caudilhistas» foi, em última análise, a intenção de preservar o que *restava* de oportunidades individuais de liberdade num mundo completamente racionalizado. Leia-se, a propósito, uma passagem pertinente em *Economia e Sociedade*: «Em presença da realidade fundamental do avanço imparável da burocratização, a questão das futuras formas políticas de organização só pode ser formulada nos seguintes termos:

(...) Como é ainda possível, perante esta supremacia da tendência para a burocratização, salvar alguns *restos* de uma liberdade de movimentos “individualista”, seja qual for o sentido que se lhe atribua? Pois é uma ilusão grosseira, em última análise, acreditar que sem estas conquistas do tempo dos “direitos humanos” seríamos hoje capazes – mesmo o mais conservador de nós todos de sequer sobreviver” [e Weber sublinha, em nota: “Como seres humanos”]; G.F]<sup>42</sup>.

No «programa» que aconselha aos liberais russos, no seu escrito de 1906, volta ele a referir-se aos «direitos humanos», nestes termos: «...afigura-se de vital importância para o liberalismo compreender que a sua vocação é ainda a da luta tanto contra o

*centralismo* burocrático como jacobino e a de trabalhar no sentido da divulgação entre as massas da velha noção individualista fundamental de “direitos humanos inalienáveis”, direitos estes que se afiguram hoje tão “triviais” na Europa Ocidental como o pão escuro para o homem que tenha comida em abundância»<sup>43</sup>.

Weber sabia bem, através de Georg Jellinek, um jurista amigo, que o «individualismo» dos «direitos do homem», típico da Europa Ocidental, tanto quanto se reclamava de um «ideal», brotara em parte de convicções religiosas, as dos não conformistas religiosos do século XVII (direito à liberdade de crença e de consciência), que a actual forma de «iluminismo» já não poderia tolerar como fenómeno de massas. Por outro lado, aquele individualismo fora produto de uma crença optimista na natural harmonia de interesses de indivíduos livres, crença essa que, entretanto, o capitalismo destruíra para sempre<sup>44</sup>. A posição de Weber parece ser bem resumida por W. Hennis, nestes termos: «Weber sabia que as realizações institucionais do liberalismo eram irrenunciáveis, tão irrenunciáveis como o pão de todos os dias, mas que hoje se acham definitivamente desvinculadas das suas mais profundas justificações “ideais”. Para “nós”, Europeus Ocidentais, incluindo o Império Alemão, há muito que elas tinham sido conquistadas e, assim, seriam, para Weber, uma coisa sem interesse ou que até corria o risco de se converter num travesseiro mole para povos “saciados”»<sup>45</sup>.

Segundo Hennis, se quiséssemos definir o liberalismo de Weber, poderíamos falar num «liberalismo voluntarista» ou, melhor, num «*voluntarismo* liberal», estreitamente associado ao problema da liberdade e das suas condições<sup>46</sup>.

Weber, a ser um liberal, seria aquele para quem o problema da chefia e da qualidade desta *precedia* todas as outras questões políticas e sociais. E Hennis pode, então, escrever: «Na verdade, o liberalismo ainda não proclamava que o domínio do homem sobre o homem devia ser substituído pela administração das coisas. Todavia, em vez dos homens, devia reinar a

opinião pública ou a lei, e o poder pessoal ser substituído pelo poder constitucional. Todo o edifício da sociologia weberiana assenta na mais radical rejeição desta ideia fundamental liberal (...). O poder (*Herrschaft*), quer em virtude de uma confluência de interesses (especialmente a situação de monopólio), quer em virtude da autoridade pessoal, constitui para Weber o “fenómeno central do social” (WUG, p. 539), e a sua sociologia, longe de ser uma ciência da sociedade guiada pelas ideias da liberdade e da igualdade, é antes, em tudo conforme ao sentido que Nietzsche lhe deu, uma teoria dos “complexos de poder” (*Herrschaftscomplexe*)<sup>47</sup>. No mesmo sentido se pronuncia Edith Weiller, ao sustentar que “...a exigência de Nietzsche de uma “contra-sociologia” enquanto “teoria das estruturas de poder” e do Estado como meio para a “criação” de elites políticas (...) deixou marcas evidentes na sociologia da dominação de Weber»<sup>48</sup>.

Também Gabriel Cohen, no seu livro já referido, não andarão longe de partilhar este ponto de vista.

Todavia, não nos podemos ficar pela influência exclusiva de Nietzsche sobre o pensamento político de Weber<sup>49</sup>, convindo, como sustenta W. Hennis, inseri-lo numa tradição do pensamento político da modernidade, em que Weber irá ocupar um lugar ao lado de Tucídides, de Maquiavel, de Rousseau – não o do «contrato social», mas do que sustenta a ideia de que uma vez perdida a oportunidade para a liberdade, esta se não volta a apresentar<sup>50</sup> – e de Tocqueville.

À luz da tónica no político e na política que ele partilha com estes pensadores, Weber nunca se cansou de falar dos povos «satisfeitos» para os quais não divisava o florir de qualquer futuro. Foi, assim, que durante a guerra, ele se referiu, com apreensão, à possibilidade de «suicidização» (*Verschweigerung*) da Alemanha, tal como hoje, se voltasse à vida, se oporia, decerto, à idêntica «suicização» da Europa<sup>51</sup>.

No nosso mundo de hoje, tão inçado de terríveis paradoxos, de gritantes desigualdades e de dilacerantes incertezas, a leitura de Weber – e estou

a pensar, agora, na sua conferência *A Política como Profissão* – poderá contribuir para desenvolver em todos nós um alto sentido da responsabilidade, que a todos cabe, nas esferas mais variadas onde desenvolvemos a nossa actividade. Não foi por acaso que Remo Bodei, numa excelente síntese, *A Filosofia do século XX*, qualifica Max Weber de «o último grande teórico da responsabilidade»<sup>52</sup>.

Para Weber, a política e os políticos que alimentam ou que se alimentam de esperanças vãs ou utópicas só poderão conduzir à catástrofe. A alternativa a uma pura ética da convicção, que ignora o paradoxo das consequências das acções humanas – paradoxo esse que será, segundo Julien Freund, a mais importante descoberta no domínio das ciências sociais realizada no século XX, e inteiramente atribuível a Weber<sup>53</sup> -, só poderá ser, sob o império de uma ética da responsabilidade, a serena e rigorosa avaliação das consequências dos nossos actos e decisões, bem como da relação entre os meios mobilizados e os fins que se pretende alcançar, na consciência, que o oxímoro baudelairiano das *Fleurs du Mal* ilustra na perfeição, de que do bem nem sempre sai o bem, nem do mal o mal.

Neste contexto, o perigo a evitar será sempre o da tentação da *Realpolitik* sem princípios, no sentido «cínico» do conceito. Weber compreendeu bem o problema, um problema que só se iria avolumar com o curso posterior do século, mas nem por isso alguma vez esperou muito dos «cabeças-de-vento» que, a torto e a direito, ostentam as suas convicções imaculadas face a um mundo que julgam «estúpido e vil» (eles não o serão, claro está!), sempre lhes preferindo os que, sem disfarces, sabem dizer, no momento certo: «Não posso fazer de outra maneira, aqui estou eu». Só nesta exacta medida ética da convicção e ética da responsabilidade deixarão de ser contradições absolutas para se compaginarem na formação do homem maduro, seja qual for a sua idade, susceptível de ser habitado pela paixão e pela vocação da política<sup>54</sup>.

## Notas

- <sup>1</sup> Elias, Norbert (2006), *O Processo Civilizacional*, Dom Quixote, 2ª edição, Lisboa, pp. 31 e 32;
- <sup>2</sup> Elias, Norbert, *op.cit.*, p. 32;
- <sup>3</sup> Elias, Norbert, *op.cit.*, p. 34;
- <sup>4</sup> Elias, Norbert, *op.cit.*, pp. 34 e 35;
- <sup>5</sup> Weber, Max (1982) *Ensaio de Sociologia*, Organização e Introdução de H.H. Gerth e C. Wright Mills, 5ª edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, p.15;
- <sup>6</sup> Elias, Norbert, *op.cit.*, p.87;
- <sup>7</sup> Radkau, Joachim (2005) *Max Weber – Die Leidenschaft des Denkens*, Carl Hanser Verlag, Munique e Viena, p.30;
- <sup>8</sup> Elias, Norbert. *op.cit.*, nota 6, pp.736 e 737;
- <sup>9</sup> Weber, Max (2005), *Estudos Políticos- Rússia 1905 e 1917*, Tradução e apresentação de Maurício Tragtenberg, Azougue editorial, Rio de Janeiro, p.8;
- <sup>10</sup> Elias, Norbert (1997), *Os Alemães – A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, Zahar Editor, Rio de Janeiro, p.26;
- <sup>11</sup> Radkau, Joachim, *op.cit.*, p. 33;
- <sup>12</sup> Radkau, Joachim, *op.cit.*, p. 105;
- <sup>13</sup> Radkau, Joachim, *op.cit.*, pp. 105 e 106;
- <sup>14</sup> Radkau, Joachim, *op.cit.*, p. 879;
- <sup>15</sup> Mommsen, Wolfgang (1985), *Max Weber et la politique allemande – 1890-1920*, Presses Universitaires de France, Paris, p.10 ;
- <sup>16</sup> Mommsen, Wolfgang, *op.cit.*, pp. 11 e 12;
- <sup>17</sup> Cohn, Gabriel (2003), *Crítica e Resignação*, 2ª edição, Martins Fontes, São Paulo, p. 152;
- <sup>18</sup> Käsler, Dirk (2002) *Einleitung* (Introdução) ao volume antológico *Max Weber-Schriften 1894-1920*, organizado por este conhecido e respeitado investigador para a Alfred Kröner Verlag, de Estugarda, pp. XII a XVI.
- <sup>19</sup> Allen, Kieran (2004), *Max Weber – A Critical Introduction*, Pluto Press, Londres, p. 22;
- <sup>20</sup> Weber, Max (2000) *Political Writings*, organização de Peter Lassman e Ronald Speirs, Cambridge University Press, p. 269;
- <sup>21</sup> Weber, Max, *op.cit.*, p.21;
- <sup>22</sup> Weber, Max, *op.cit.*, p.25;
- <sup>23</sup> Weber, Max, *op.cit.*, p.26;
- <sup>24</sup> Weber, Max, *op.cit.*, p.26;
- <sup>25</sup> Weber, Max, *op.cit.*, p.26;
- <sup>26</sup> Mommsen, Wolfgang, *op.cit.*, p.61;
- <sup>27</sup> Mommsen, Wolfgang, *op.cit.*, p.68;
- <sup>28</sup> Cardoso, Fernando Henrique (2006) *A Arte da Política: A História que vivi*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p.46;
- <sup>29</sup> Elias, Norbert, *op.cit.*, nota 7, p. 737;
- <sup>30</sup> Mommsen, Wolfgang, *op.cit.*, pp. 35 e 37;
- <sup>31</sup> Neau, Patrice (1997), *L'Empire Allemand*, Presses Universitaires de France, Que sais-je?. pp. 18 e 19 ;
- <sup>32</sup> Rémond, René (1994), *Introdução à História do Nosso Tempo – Do Antigo Regime aos Nossos Dias*, Gradiva, Lisboa, p.147;
- <sup>33</sup> Boudon, Raymond (2005), *Os Intelectuais e o Liberalismo*, Gradiva, Lisboa, p. 14;
- <sup>34</sup> Boudon, Raymond, *op.cit.*, p. 15;

- <sup>35</sup> Vandenberg, Frédéric (1997), *Une histoire critique de la sociologie allemande*, tomo 1 (Marx, Simmel, Weber, Lukács) Éditions de la Découverte, M.A.U.S.S., Paris, p.172;
- <sup>36</sup> Nietzsche, Friedrich (1999), *Nachlass 1884-1885*, volume 11 da Kritische Studienausgabe, p. 443;
- <sup>37</sup> Russ, Jacqueline (2001) *A Aventura do Pensamento Europeu – Uma história das ideias ocidentais*, Terramar, Lisboa, p. 254;
- <sup>38</sup> Weber, Max, *Political Writings*, *op.cit.*, p. 15;
- <sup>39</sup> Weber, Max (1973) *Wissenschaft als Beruf* in *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, J.C.B. Mohr, Tübingen, p.598;
- <sup>40</sup> Radkau, Joachim, *op.cit.*, p. 122;
- <sup>41</sup> Gomes Filipe, Rafael (2004), *De Nietzsche a Weber – Hermenêutica de Uma Afinidade Electiva*, Instituto Piaget, Lisboa, p. 406;
- <sup>42</sup> Weber, Max (1992) *Wirtschaft und Gesellschaft*, J.C.B. Mohr, Tübingen, p. 836;
- <sup>43</sup> Weber, Max, *Political Writings*, *op.cit.*, pp. 67 e 68;
- <sup>44</sup> Weber, Max, *op.cit.*, pp. 45 e 46;
- <sup>45</sup> Hennis, Wilhelm (1987) *Max Weber Fragestellung*, J.C.B. Mohr, Tübingen, p. 216;
- <sup>46</sup> Hennis, Wilhelm, *op.cit.*, p. 222;
- <sup>47</sup> Hennis, Wilhelm, *op.cit.*, p. 218;
- <sup>48</sup> Weiller, Edith (1994), *Max Weber und die literarische Moderne*, J.B. Metzler, Estugarda e Weimar, p. 42;
- <sup>49</sup> Gomes Filipe, Rafael, *op.cit.*, p. 417;
- <sup>50</sup> Gomes Filipe, Rafael, *op.cit.*, p. 443;
- <sup>51</sup> Weber, Max, *Political Writings*, *op.cit.*, p. 76;
- <sup>52</sup> Bodei, Remo (1999), *La Philosophie au XX Siècle*, Flammarion, Paris, p. 255;
- <sup>53</sup> Freund, Julien (1990), *Études sur Max Weber*, Librairie Droz, Genebra/Paris, p. 89;
- <sup>54</sup> Gomes Filipe, Rafael (2000), *A vocação da política ou o heroísmo do quotidiano*, Prefácio a *Política como Profissão*, de Max Weber, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, p.10.